BALANÇO DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA (1999-2009)

ações e programas

ESTA OBRA FOI IMPRESSA EM PAPEL RECICLATO 75% PRÉ-CONSUMO, 25 % PÓS-CONSUMO, A PARTIR DE IMPRESSÕES E TIRAGENS SUSTENTÁVEIS. CUMPRIMOS NOSSO PAPEL NA EDUCAÇÃO E NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

Débora Cristina Jeffrey
Luis Enrique Aguilar
(organizadores)

BALANÇO DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA (1999-2009)

ações e programas

MERCADO® LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Balanço da política educacional brasileira (1999-2009) : ações e programas / Debora Cristina Jeffrey, Luis Enrique Aguilar (organizadores) . – 1. ed. – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2013.

Bibliografia.
ISBN 978-85-7591-274-4

1. Educação - Brasil 2. Educação e Estado - Brasil 3. Política e educação - Brasil I. Jeffrey, Debora Cristina. II. Aguilar, Luis Enrique.

13-06460 CDD-379.81

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil : Política educacional 379.81

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

ESTA OBRA CONTA COM O APOIO DA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNICAMP
PARA A SUA PUBLICAÇÃO.

Obra em acordo com as novas normas da ortografia portuguesa.

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:
© MERCADO DE LETRAS®
V.R. GOMIDE ME
Rua João da Cruz e Souza, 53
Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116
Campinas SP Brasil
www.mercado-de-letras.com.br
livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição
AGOSTO/2013
IMPRESSÃO DIGITAL
IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98. É proibida sua reprodução parcial ou total sem a autorização prévia do Editor. O infrator estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

1. MARCOS INSTITUCIONAIS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL (1999-2009) 13
João Augusto Gentilini

2. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL 37
Dirce Nei Teixeira de Freitas

3. PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: ESTRATÉGIAS DE REGULAÇÃO PELO SETOR PRIVADO DA EDUCAÇÃO OBRIGATÓRIA 61
Theresa Adrião

4. AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES 85
Anselmo Alencar Colares e
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares

5. SONATA PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: HARMONIAS E DISSONÂNCIAS NA GEOPOLÍTICA DE MOVIMENTOS DE UMA DÉCADA 105
Jane Paiva

6. POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE AÇÃO AFIRMATIVA NO BRASIL. POR QUAIS CAMINHOS? 137
Andréa Lopes da Costa Vieira e *José Jairo Vieira*

7. A INDISSOCIABILIDADE ENTRE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO: CAMINHOS DAS POLÍTICAS BRASILEIRAS 159
Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira

SOBRE OS ORGANIZADORES E AUTORES 181

APRESENTAÇÃO

Entendemos que a temática das políticas educacionais brasileiras tem sido objeto de estudos nos Programas de Pós-Graduação em Educação e em disciplinas de formação de professores, nos Cursos de Graduação, especialmente de licenciaturas.

Além disso, é possível considerar que nas últimas duas décadas as políticas educacionais brasileiras têm sido um espaço fértil para a formulação, implementação e avaliação de ações governamentais em âmbito federal, estadual e municipal, fato que contribui significativamente para análise dessas iniciativas, bem como o entrave que os mesmos podem ocasionar nos sistemas de ensino.

Diante dessa perspectiva, o presente livro objetiva retratar a política educacional brasileira no período de 1999 a 2009, configurada no sistema educacional do país em um período de grandes mudanças administrativas e pedagógicas, com relação à educação escolar. Considera ainda, a política educacional como objeto de análises por meio de ações, de projetos e dos programas desenvolvidos

em âmbito nacional, com o intuito de destacar os entraves presentes nesse processo, ao considerar que estes são elementos fundamentais para subsidiar as discussões e aprimorar as análises por meio da teoria, da legislação e da prática da política educacional.

O texto intitulado "Marcos institucionais e gestão da educação básica no Brasil (1999-2009)", de autoria de João Augusto Gentilini, faz uma breve análise da Gestão da Educação Básica no Brasil no período 1999/2009, a partir dos marcos institucionais estabelecidos pela Constituição de 1988 e pela LDB/1996 e os princípios da descentralização, da gestão democrática e da flexibilização, mudando o foco da Gestão da Educação Básica das instâncias centrais para as instâncias locais. Identifica as dificuldades em torno do funcionamento dos Conselhos de Educação e da criação dos sistemas municipais de ensino, estes precedidos pela municipalização. Centra a análise na discussão do PDE e no fortalecimento da gestão escolar para viabilizar a avaliação de desempenho escolar como uma nova concepção de qualidade. Conclui argumentando a utilização da Gestão Educacional voltada para resultados e como instrumento de governabilidade.

O texto de título "Avaliação e monitoramento do ensino fundamental no Brasil", de autoria de Dirce Nei Teixeira de Freitas, apresenta uma análise dessa estratégia, privilegiando o plano político-institucional e administrativo em sua configuração, desde 1988, no país. Evidencia o modelo de monitoramento como estratégia de uma política de regulação centralizada e centralizadora, que seja capaz de proporcionar a efetivação, eficácia, eficiência e efetividade na promoção da qualidade de ensino.

O texto denominado "Privatização da educação no Brasil: estratégias de regulação pelo setor privado da educação obrigatória", de autoria de Theresa Adrião, apresenta uma análise do processo pelo qual se tem materializado a privatização da educação básica, principalmente por meio da transferência da esfera pública para a esfera privada da elaboração da política educacional a ser implantada por diferentes níveis de governo. Conclui-se, diante da análise, que o setor privado tem induzido e fomentado a regulação, a gestão e a qualificação da gestão pública da educação, a partir de padrões estabelecidos fora do Estado.

O texto de título "As políticas educacionais e a formação de professores", de autoria de Anselmo Alencar Colares e Maria Lília Imbiriba Sousa Colares, destaca as relações entre as políticas educacionais considerando as novas e complexas exigências que estão postas em função das demandas do mercado globalizado e das políticas neoliberais, ao mesmo tempo em que chama a atenção para o fato de que os professores carregam uma herança histórica de descaso para com a sua formação, a qual só poderá ser superada com a adoção de concepções e práticas que, de fato, apontem para a superação de uma formação fragmentada, com vistas ao desenvolvimento de um profissional solidamente preparado para o exercício da atividade docente que possa ser socialmente referenciada.

O texto intitulado "Sonata para a educação de jovens e adultos: harmonias e dissonâncias na geopolítica de movimentos de uma década", de autoria de Jane Paiva, Valendo-se da metáfora de movimentos de uma sonata, o texto faz emergir algumas compreensões sobre o que é a EJA no tempo presente, fortemente enraizada no passado

e como desdobramento das muitas lições da história. Circunscreve-se pouco mais de uma década, percorrendo algumas categorias de compreensão que auxiliam na emergência de questões conceituais e epistemológicas em subsídio à formulação de um corpo integrado de entendimento de como forças sociais, especialmente representadas pelos fóruns de EJA, em disputa com o Estado, pautam na agenda política sintonias e dissonâncias em tempos nem sempre síncronos. As relações entre esses atores sociais e políticos conseguem, em muito, promover interlocuções e alterar o rumo metodológico e conceitual de formulação de políticas públicas de EJA, cumprindo em boa parte expectativas de garantir o direito à educação para jovens e adultos, ainda que não para todos, mas como resposta às urgências e permanências de uma sociedade que se democratiza.

O texto denominado "Políticas educacionais de ação afirmativa no Brasil. Por quais caminhos?", de autoria de Andréa Lopes da Costa Vieira e José Jairo Vieira, analisa o processo de constituição de um corpo de políticas e iniciativas de ação afirmativa orientadas para a educação no Brasil, nos últimos dez anos. Neste sentido, compreende-se que a observação específica das políticas educacionais de ação afirmativa não deve, para o caso específico brasileiro, ser dissociada das discussões acerca do papel da sociedade civil. Por esta razão, um dos principais pontos do artigo reside na contraposição entre o que os autores defendem chamar de políticas de ação afirmativa (consideradas sob a perspectiva da ação do Estado) e as iniciativas de ação afirmativa (elaboradas e desenvolvidas por setores institucionalizados ou não da sociedade). Apesar de compreender que as práticas de ação afirmativa vêm sendo

desenvolvidas em todos os níveis do sistema educacional, ao longo da análise proposta, será dada especial ênfase na observação do ensino superior.

O texto sob o título "A Indissociabilidade entre Pesquisa, Ensino e Extensão: caminhos das políticas brasileiras", de autoria de Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira, realiza considerações a respeito da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão no Ensino Superior, levando em consideração os diferentes cenários da educação superior brasileira, através da análise dos Censos da Educação Superior, entendimento conceitual do princípio da indissociabilidade considerando tanto seu desenvolvimento histórico, como as legislações a ele pertinentes e o atual Projeto de Reforma Universitária. Entende-se que a contínua expansão do ensino superior feita, principalmente por meio de faculdades e institutos isolados, como observado nos dados do Censo da Educação Superior de 2009, demonstra que o foco no ensino é a atividade prioritária.

Os artigos apresentados procuraram configurar a política educacional brasileira, entre os anos de 1999 a 2009, através da análise de ações e programas, tendo como pressupostos a teoria, a legislação educacional e a prática educativa que as configuraram, contribuindo às reflexões e análises na área da educação, especificamente no que se refere à política educacional brasileira.

Os organizadores